

A INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES NA ESTRUTURA DA RIQUEZA FAMILIAR DO SUL DE GOIÁS, 1850-1930¹

Hamilton Afonso de Oliveira²

RESUMO – O objetivo central deste trabalho é fazer uma análise da estrutura da riqueza familiar a partir da influência do desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes e sua influência nas transformações da riqueza e nos consumo na região central do Brasil entre os anos de 1850 a 1930. A partir da análise e interpretação dos bens em um montante de 748 inventários *post-mortem* da região sul de Goiás pretende-se mostrar que, ao longo do período, havia uma conexão de Goiás com o sudeste brasileiro, primeiramente, pela melhoria das vias de comunicação através da estrada do sul inaugurada em 1870 (estrada Goiás-São Paulo) e, posteriormente, com a interiorização dos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana e Estrada de Ferro Goiás, a partir da década de 1890, foram determinantes para que ocorresse um relativo crescimento do mercado consumidor e aumento das atividades agropastoris na região. A produção começou a exceder as necessidades do abastecimento local e familiar na região com o crescimento do consumo de mercadorias industrializadas oriundas da região sudeste do Brasil e do exterior.

PALAVRAS CHAVES – Brasil, Goiás, riqueza, consumo e transporte.

THE INFLUENCE OF THE DEVELOPMENT OF THE MEANS OF TRANSPORTS AND COMMUNICATION IN THE STRUCTURE AND COMPOSITION OF THE FAMILY, THE SOUTH OF GOIÁS, 1850-1930

SUMMARY - THE central objective of this work is to do one analyzes of the fortunes and the influence that the increment of the communication means and transport had in the transformation of the wealth and development of the consumption in the Central Plateau of Brazil among the years 1850-1930. Starting from the analysis and interpretation of the goods in an amount of 748 inventories *post-mortem* of the south area of Goiás intends to show that, along the period, there was the connection of Goiás with the Brazilian southeast, firstly goes the improvement of the communication roads through the highway of the south inaugurated in 1870 (highway Goiás-São Paulo) and, later, to the with the accepting of the rails of the railroad Mogiana and railroad Goiás towards the area Center-west, starting from the decade of 1890, ended up being decisive is the relative growth of the consuming market and increase of the activities agropastoris in the area. The production started to transcend to needs of local and family provisioning and it provided the enlargement of the consuming market in the area with the growth of the consumption of goods industrialized coming of the southeast area of Brazil and of the exterior.

WORD-KEYS: Brazil, Goiás, wealth, consumption and transport.

O processo de colonização do Brasil caracterizou-se desde o princípio como litorâneo, sendo que os primeiros núcleos povoadores portugueses centraram suas atividades na extração de produtos da terra, com destaque para o pau-brasil e na organização e

¹ Este trabalho são resultados parciais de projeto de pesquisa em desenvolvimento intitulado: **História da Riqueza e do Consumo no Sul de Goiás – 1850-1930**, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG, Edital 001\2008.

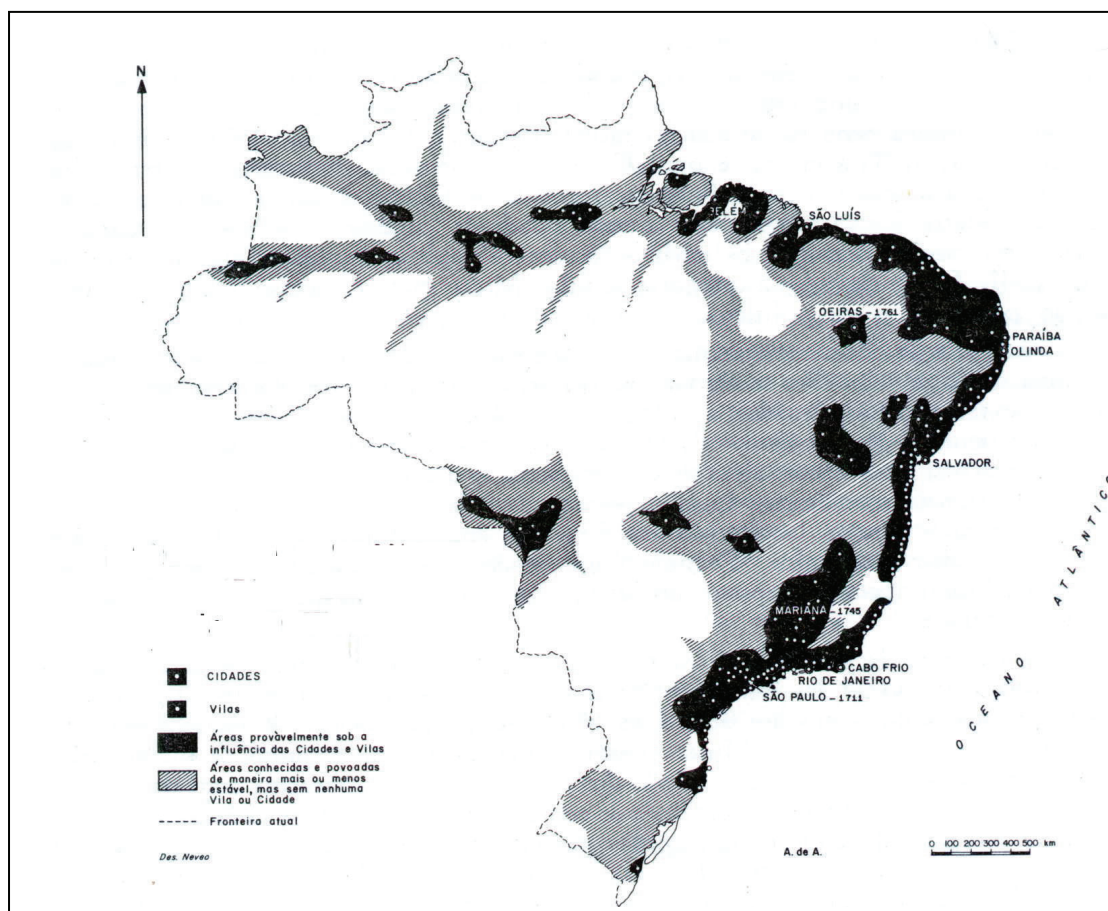
² Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista, Campus/Franca, atualmente professor do curso de História da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Morrinhos-GO

estruturação de atividades à agromanufatura da cana-de-açúcar. A maioria dos núcleos urbanos que surgiram durante os séculos XVI e XVII estavam relacionados diretamente ou indiretamente às atividades extrativistas ou à lavoura canavieira e pecuária. (PETRONE, 1970)

No entanto, paralelamente às principais atividades econômicas – cana-de-açúcar, mineração e café – voltados para o abastecimento do mercado internacional, desenvolveram-se as que tiveram por finalidade o abastecimento interno, com destaque para a pecuária e agricultura, principalmente, de mandioca, milho, feijão e arroz voltadas para o abastecimento do mercado consumidor local e inter-regional. Estas atividades, também, incentivaram o processo migratório e, conseqüentemente, a ocupação e fixação de colonos nas regiões mais interioranas e distantes do litoral, sendo responsáveis pela ampliação das fronteiras e incorporação de novas áreas e, por conseguinte, a ampliação do território, que hoje conhecemos por Brasil.

Nesta perspectiva, o povoamento e a ocupação do sul de Goiás e do Triângulo Mineiro, que até 1816, fazia parte do território da Província de Goiás se deram em um mesmo processo histórico. A ocupação do sul de Goiás ocorreu em um contexto marcado pela ausência de uma legislação fundiária, redução da produção aurífera em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e de crescimento da agropecuária que passou a ser a principal atividade econômica e incentivaram deslocamentos migratórios para o norte, nordeste e, principalmente, para o sul provocando a ocupação definitiva de todo o território goiano no decorrer do século XIX.

MAPA 01 - A INTERIORIZAÇÃO E A MARCHA DA OCUPAÇÃO NO SÉCULO XVIII



Fonte: PETRONE, Pasquale. **Povoamento e colonização**. In. AZEVEDO, Aroldo de.(Org.) *Brasil: a terra e o homem*. Vol.II – A vida humana. Cia. Editora Nacional: São Paulo, 1970. p.134

As transformações decorrentes da dinâmica interna da conseqüente crise da produção aurífera, nos fins do século XVIII, e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, estabeleceram medidas praticamente determinaram o fim do monopólio colonial, em especial, com a abertura dos portos brasileiros, criaram novas possibilidades para o desenvolvimento de uma produção de exportação, calcada nas grandes lavouras de café no Sudeste, sobretudo, em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, que na segunda metade do século XIX, foram responsáveis pela produção quase que integral de todo o café produzido no Brasil, para o abastecimento do mercado internacional. Além da ampliação da produção de café para o mercado externo, estimulou a produção para o mercado interno, em especial aos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo que se consolidaram como os estado mais populosos e dinâmicos do Brasil a partir da segunda metade do século XIX.

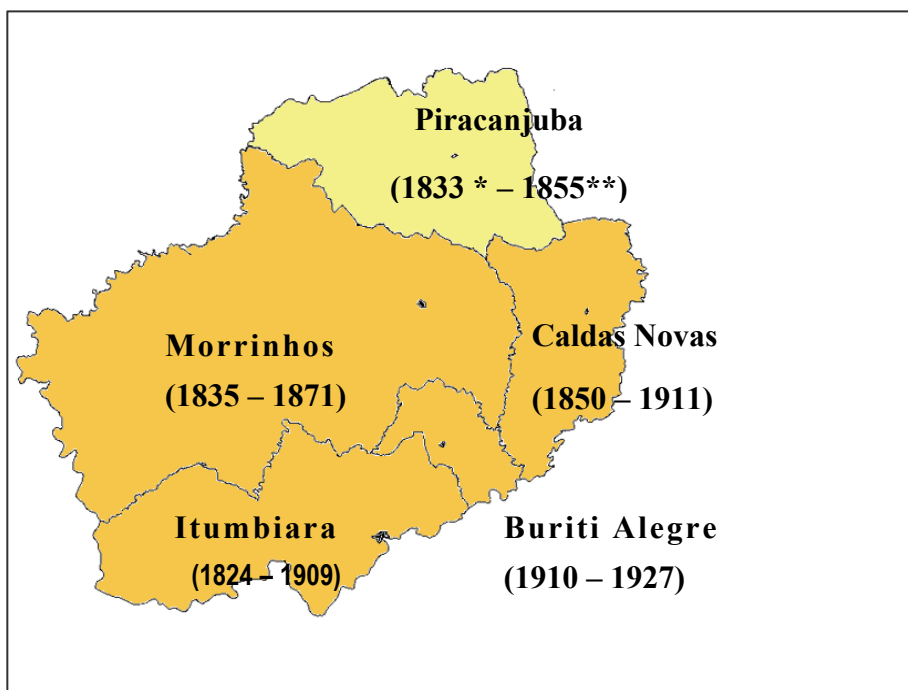
A região do Sudeste brasileiro (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo) foi a mais beneficiada com a presença da Corte Portuguesa, sendo a região que mais

diretamente foi afetada pelas medidas estabelecidas por D. João VI durante a sua permanência no Brasil. Com a abertura dos portos em 1808, segundo Bergad,

aos navios de todas as nações que não estivessem em guerra com Portugal ou com a Inglaterra, foram eliminadas as restrições comerciais e retiradas quase todas as proibições impostas no período colonial, o que assinalava o princípio de uma nova fase de relativa liberdade econômica oficialmente sancionada (que contribuiu) para o crescimento significativo das exportações brasileiras já na primeira metade do século XIX.(BERGAD, 2004, p. 77)

As transformações na economia de Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX podem ter sido determinantes para a intensificação do processo migratório de mineiros para Goiás, especialmente para o sul, que é objeto desta análise. As transformações econômicas associadas ao crescimento demográfico de Minas Gerais e a falta de terras nesta fizeram com que milhares de famílias se deslocassem de suas regiões em direção ao oeste e norte de São Paulo, norte e noroeste de Minas Gerais, norte do Paraná, região sul de Goiás e Mato Grosso. Os mineiros que se estabeleceram no sul de Goiás eram originários principalmente de São Francisco das Chagas, São João Del'Rei, Sacramento, Piuhuim, Bagagem, Brejo Alegre, Campos Belos, Dolores de Uberaba, Varginha, Formiga, Pitangui, Campanha, Tamanduá e Araxá.

MAPA 2 – A REGIÃO SUL DE GOIÁS, BRASIL, 1822- 1910.



FONTE: Relatório final do zoneamento ecológico e econômico da região de Meia Ponte. Estudos básicos. Vol I. Estado de Goiás Secretaria do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Habitação. Superintendência de Gestão e Proteção Ambiental. Metais De Goiás S/A – Metago: Goiânia, 1999. p.182

(*) Data da fundação do povoado

(**) Data da emancipação do município

A pesquisa concentrou-se na região sul de Goiás, mais especificamente, na cidade de Morrinhos, cuja ocupação e povoamento efetivo das terras tiveram início por volta do início do século XIX. Em 1845 elevou-se a categoria de Freguesia com a denominação de Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos. Na primeira metade do século XIX surgiram os povoados de Santa Rita do Paranaíba, Caldas Novas, Pouso Alto (atual Piracanjuba), Santa Rita do Pontal (atual Pontalina) e Campinas (hoje, um bairro de Goiânia). As demais cidades da região sul de Goiás que correspondem atualmente a um conjunto de 32 municípios, somente surgiram enquanto povoados e, posteriormente, cidades somente no século XX. Portanto, a cidade de Morrinhos abrangia durante o período estudado a atual região sul de Goiás.

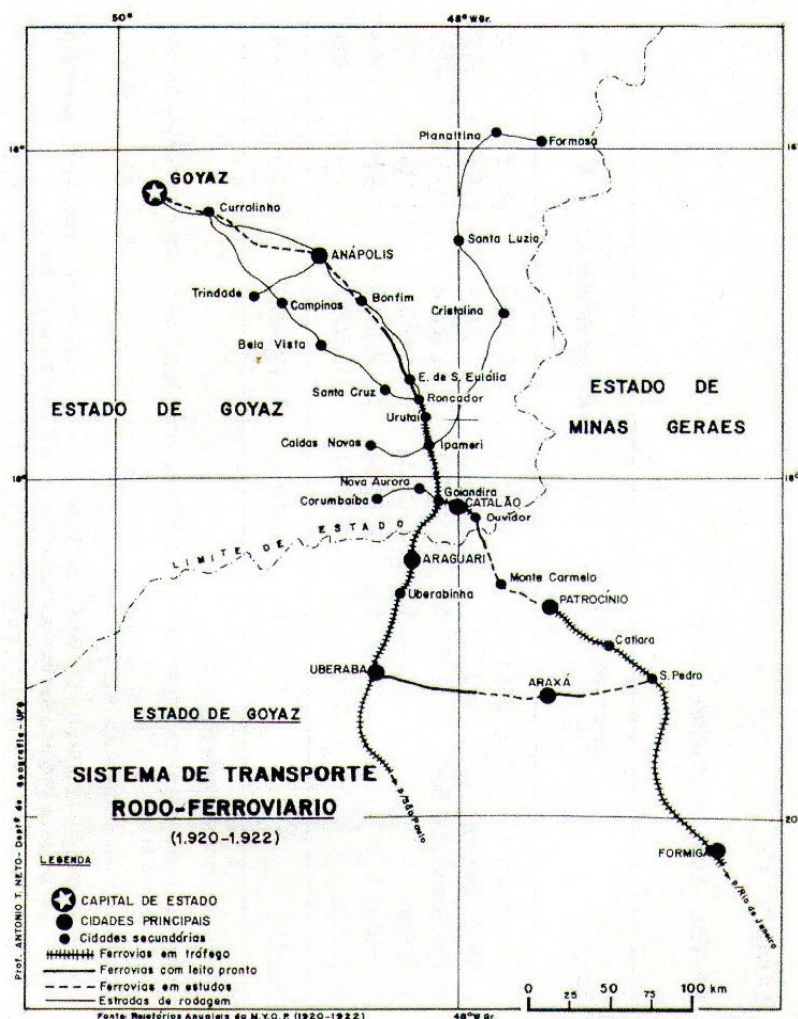
A região compreendia entre os anos de 1840 e 1930, os territórios que atualmente fazem parte as cidades de Morrinhos, Piracanjuba, Itumbiara, Caldas Novas, Marzagão, Rio Quente, Buriti Alegre, Goiatuba, Panamá, Pontalina, Mairipotaba, Cachoeira Dourada, Porteirão, Inaciolândia, Professor Jamil, Água Limpa, Cromínia, Joviânia, Aloândia, Vicentinópolis e Bom Jesus. Esses núcleos se consolidaram como municípios a partir do final do século XIX e no transcorrer do século XX.

O objetivo central deste trabalho é apresentar resultados das transformações na estrutura e composição da riqueza material na região sul de Goiás, a partir da influência que o incremento dos meios de comunicação e transportes, especialmente, com a chegada da ferrovia teve na riqueza familiar da região sul de Goiás entre os anos 1850-1930. Para isto, utilizou-se de um montante total de 748 inventariados, 72% declararam ser domiciliados em Morrinhos, em 6% não foi possível identificar o domicílio, 9% eram domiciliados no distrito de Santa Rita do Paranaíba (atual Itumbiara), 5% no distrito de Caldas Novas, 3% de Bananeiras (atual Goiatuba), 3% de Santa Rita do Pontal, 1% de Campinas e 1% em outras localidades de Goiás.

Enfatizando a influência que a chegada da Estrada de Ferro Mogiana em Uberaba (1892), Araguari (1896) e, posteriormente, a Estrada de Ferro Goyaz, no então sul de Goiás, a partir de 1912, deu-se o início a uma maior dinamização da economia, principalmente, desta região em relação ao norte de Goiás (atual Estado do Tocantins), o que por conequinte, pode ter contribuído para o aumento do consumo de mercadorias importadas e, também, o crescimento do volume de mercadorias exportáveis, inclusive gado, que passam a ser exportados em pé ou, charqueado pela via-férrea. A produção agrícola que era uma atividade inviável começou a dar sinais de desenvolvimento, na década de 1920, Goiás já era um dos maiores produtores de cereais do Brasil. (OLIVEIRA, 2006; CAMPOS, 1984; BORGES, 1990)

Nos dados coletados foram observadas as seguintes variáveis: 1) Informação dos inventariados: ano, data do inventário, pasta e número do processo, seguido pelos nomes do inventariado e inventariante e, herdeiros, que foram classificados quanto ao sexo e idade produtiva;³ 2) bens semoventes compreendendo todos os animais: os bovinos, suínos, cavaleiros, muare e, também escravos; 3) bens móveis que incluem todos os bens de uso doméstico, de trabalho no quintal e na roça, roupas e aviamentos, jóias, armas e diversos outros; 4) bens imóveis: terras, benfeitorias do terreiro, terrenos e casas na vila; 5) dívidas: distribuídas em ativos e passivos, destacando ativos de dotes e dívidas d'alma, práticas que desaparecem a partir da década de 1870. Na planilha cada bem foi somado e, destacado a sua participação dentro das categorias de bens acima citadas, bem como sua participação no *monte-mór* total.

MAPA 03 – O SISTEMA DE TRANSPORTE RODO-FERROVIÁRIO TRIÂNGULO MINEIRO/GOIÁS – 1920-1922

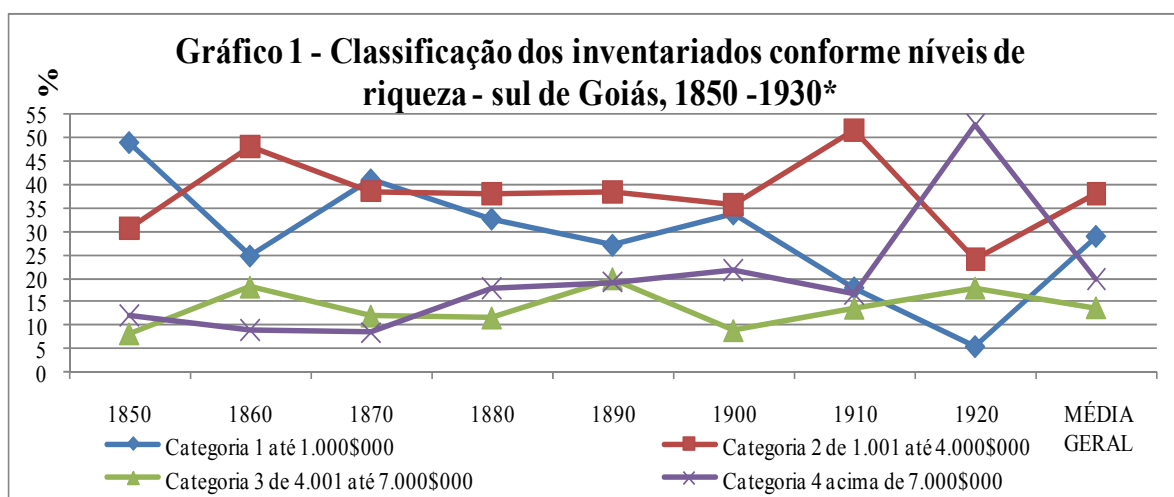


Fonte: BORGES, Barsanufio Gomides. **O despertar dos Dormentes**.
Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.

³ Acima de 15 anos considerados maiores.

Para fins de análise, estabeleceu-se uma classificação das fortunas, de acordo com o valor do *monte-mór*, total da riqueza possuída por um indivíduo à época de seu inventário, que será um importante elemento para a compreensão e estudo da hierarquia social no sul de Goiás, durante o século XIX:

o estudo da origem dos bens, da composição da riqueza privada e de sua gestão, nos possibilitará compreender a importância da herança, da poupança, do espírito de empresa ou especulação, interesse primordial dado à conservação do patrimônio ou, ao contrário, consumação do capital seja para sobreviver, seja para fazer face às despesas necessárias para conservar a posição da família.(DAUMARD, A, BALHANA, A.P., WESPHALEN, C.M. e GRAF, M.E.C, 1984, p. 31)



Fonte: Escritania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - GO. - inventários *post-mortem* de 1843-1930.

Foram pesquisados 737 inventários e não foram levados em consideração, os inventários, do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes e de sua esposa Maria Carolina Nazareth Moraes.

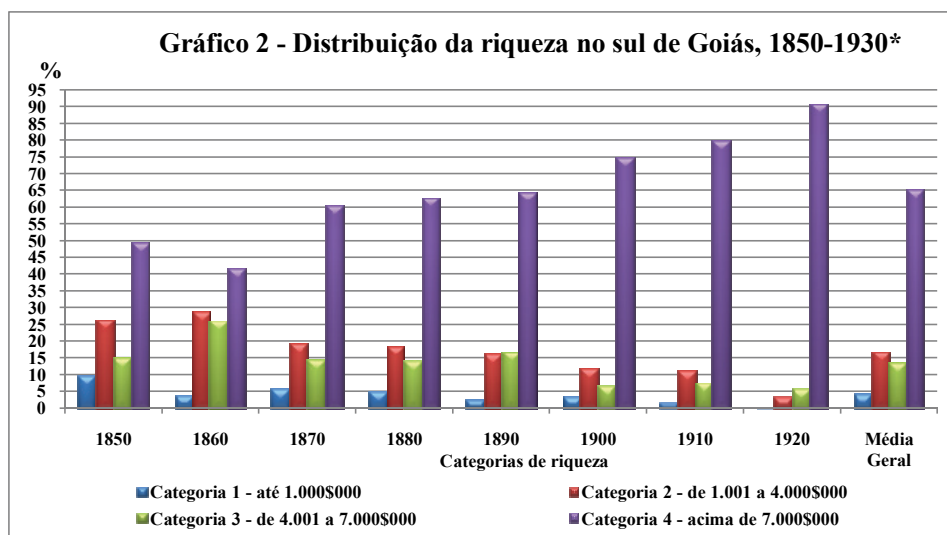
Os inventariados foram classificados de duas formas: primeiro conforme o valor total do *monte-mór* distribuídos em quatro categorias de riqueza: categoria 1, até 1.000\$000 (um conto de réis); categoria 2, de 1.001\$000 a 4.000\$000 (quatro contos de réis); categoria 3, de 4.001\$000 a 7.000\$000 (sete contos de réis); e categoria 4, inclui os montes-mores acima de 7.000\$000 (sete contos de réis) distribuídos em uma sucessão cronológica.

Durante o período de 1850 a 1930, apesar da inflação que provocou um gradativo aumento dos preços, que teve início a partir da década de 1870. Observa-se que até década de 1910, maioria absoluta, quase 70% dos inventariados no suceder das décadas não possuíam riqueza superior 4.000\$000 (quatro contos de réis). Apenas 13,7% dos inventários possuíam um *monte-mór* entre 4.001\$000 (quatro conto e um mil réis) e 7.000\$000 (sete contos de réis) e, 16,8% possuíam riqueza acima de 7.000\$000. Porém, na década de 1920, provavelmente

em decorrência de um período de grande aumento dos preços das mercadorias, (principalmente da terra) e conseqüentemente, o crescimento dos índices inflacionários provocados, primeiro lugar pela Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, pela crise de 1929, os inventários com *monte-mór* acima de 4.000\$000 (quatro contos de réis) passaram a corresponder a mais de 70% da riqueza inventariada entre os anos de 1921 a 1930, conforme, apresenta-se no Gráfico 1.

Apesar disso, no conjunto ao longo do período estudado os inventariados com fortuna superior a 4.000\$000 contos de réis (quatro contos de réis), representarem a menor fatia do montante total dos inventários que foram pesquisados percebe-se que estes concentram a maior parte dos bens - a princípio em escravos e rebanhos - e posteriormente, com a extinção da escravidão e chegada dos trilhos da estrada de ferro, a terra e os ativos e passivos de crédito tornaram-se os principais elementos constituintes da riqueza do sul de Goiás. Os indivíduos mais abastados do período eram pessoas que possuíam uma unidade familiar de produção que ultrapassavam as necessidades básicas de sobrevivência, que tinham na criação de gado, produção de agromanufaturados e no comércio de mercadorias e gado vacum atividades que possibilitavam o acesso ao capital circulante, o que explica a relativa participação dos ativos e passivos de crédito no *monte-mór* inventariado destes indivíduos. A produção era praticamente toda comercializada nos mercados internos e externos em transações comerciais com Araguari, Uberaba e São Pedro de Uberabinha (atual Uberlândia) que era a porta de entrada e saída de mercadorias que se dirigiam ao Centro-Oeste.

Conforme a distribuição da riqueza inventariada desde o início da ocupação da região sul de Goiás percebe-se que sempre ocorreu uma tendência à concentração da riqueza e propriedade nas mãos de poucos, como podemos verificar no Gráfico 2. Os inventariados classificados na categoria 1 detinham em média menos de 5% dos bens inventariados; os classificados na categoria 2, 17%; os da categoria 3, 13,5%; e, na categoria 4, apesar destes representarem o menor número no montante de inventariados concentravam em média 60 % da riqueza inventariada no período de 1850 e 1930.



Fonte: Escritania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - Go. - inventários *post-mortem* de 1843-1930.

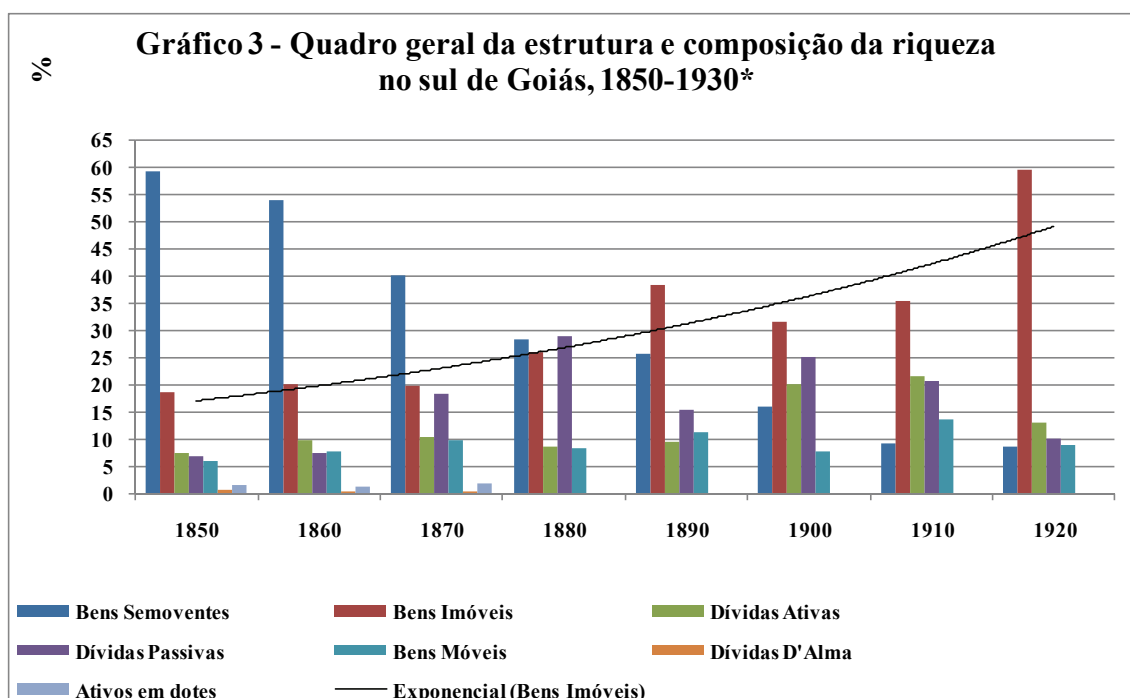
* Foram pesquisados 737 inventários. Não foram considerados na amostragem, os inventários do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes e de sua esposa Maria Carolina Nazareth Moraes.

Os dados apresentados nos inventários *post-mortem* entre os anos de 1850 a 1930, conforme se apresentam no Gráfico 2, ao longo do período mostram a ocorrência na região sul de Goiás de um processo de concentração da riqueza, à medida que ocorreu o crescimento do fluxo migratório para a região a partir da década de 1870, impulsionada pela melhoria das vias de comunicação de o Estado com a região sudeste, principalmente, com a chegada dos trilhos da estrada de ferro em solo goiano a partir de 1912.

A relativa dinamização das atividades produtivas em Goiás foi impulsionada pelo crescimento econômico da região sudeste, principalmente, das Províncias/Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro durante égide da agricultura cafeeira, implementada nestas regiões com maior vigor na segunda metade do século XIX. O café se consolidou entre 1850 a 1930 no principal produto brasileiro da balança comercial, saltando de 18,4% na década de 1830, para 64,5% das exportações brasileiras na década de 1890. Da mesma forma, ocorreu o crescimento da expansão da estrada de ferro que saltou de 14 quilômetros de estrada em 1854 para 13.981 quilômetros de estrada construída em 1899. (BOCHI,2003,p. 79-85) Os inventários mais ricos geralmente eram os que possuíam as maiores propriedades e os maiores rebanhos, fazendas e sítios bem estruturados com currais, rego d'água, monjolo, pastos, casas assoalhadas e cobertas de telhas e casas com enghocas, além de possuir um maior volume de dívidas ativas e passivas.

Os mais ricos já concentravam na década de 1850, 49,1% da riqueza e, na década de 1920 detinham 90,6%, sem ter levado em consideração no conjunto de inventários analisados, os inventários do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, falecido em 1905 cujo *monte-mór* sozinho correspondia a 72,2% da riqueza inventariada na década de 1910 e de sua esposa Francisca Carolina Nazareth Moraes, falecida em 1922, seu *monte-mór* representava 60,4% da riqueza que inventariada na década de 1920. Se for levado em consideração estes dois inventários, o índice de concentração da riqueza se acentua nos períodos mencionados. As informações mostram que ao longo de 80 anos ocorreu uma maior concentração da riqueza na região sul de Goiás, tendência que se acentuou a medida que foi se intensificou o processo de monetarização, redução das distâncias, maior dinamização das atividades produtivas e gradativa consolidação de uma cultura de consumo e mercado.

Por ser tratar de uma região tipicamente agrária, os principais bens que constituíam a riqueza familiar no sul de Goiás eram: os bens semoventes que incluem animais e escravos; os bens móveis abrangem todos os utensílios de uso doméstico, ferramentas de trabalho como enxadas, foices, machados, carros de bois, alambiques, armas, dinheiro e mercadorias de estabelecimentos comerciais; os bens imóveis que foram classificados em terras, benfeitorias do terreiro, casas e terrenos na vila e áreas de plantações e invernadas; e por fim, as dívidas distribuídas nas seguintes modalidades: ativas, passivas, d'alma e dotes, conforme se observa no Gráfico 3:



Fonte: Escritania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - GO. - inventários *post-mortem* de 1843-1910.

* A Quantidade de inventários encontram distribuídos da seguinte forma: 1851-1860 são 47; 1861 a 1870 são 75; 1871 a 1880 são 85; 1881 a 1890 são 92; de 1891 a 1900 são 120; de 1901 a 1910 são 101; 1911 a 1920 são 95; e 1921 a 1930 são 133, perfazendo um total de 748 inventários. Não foram considerados na amostragem os inventários do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes e de sua esposa Maria Carolina de Nazareth Moraes

Além das transformações na riqueza, de acordo com a documentação analisada percebeu-se que, entre aos anos de 1850 a 1930, ocorreram algumas transformações nos costumes. Dentre as mudanças destaque para o desaparecimento do dote. Prática de origem portuguesa desaparece na sociedade paulista no fim do século XIX e princípios do século XX. Segundo Muriel Nazari o dote possui dois sentidos:

no primeiro é visto do ponto de vista de quem concede e definido como os bens que pais, ou outros parentes ou não parentes, concedem a uma mulher por ocasião ao casamento. No segundo sentido o dote é visto do ponto de vista de seus beneficiários, o casal de conjugues, e é definido como os bens que uma mulher leva consigo para a sociedade conjugal. Neste sentido, “dote” pode ser os bens que a noiva herdou anteriormente e leva consigo para o casamento, ou os bens que possui como viúva e leva consigo ao casar-se novamente.” (NAZZARI, 2001, p. 18)

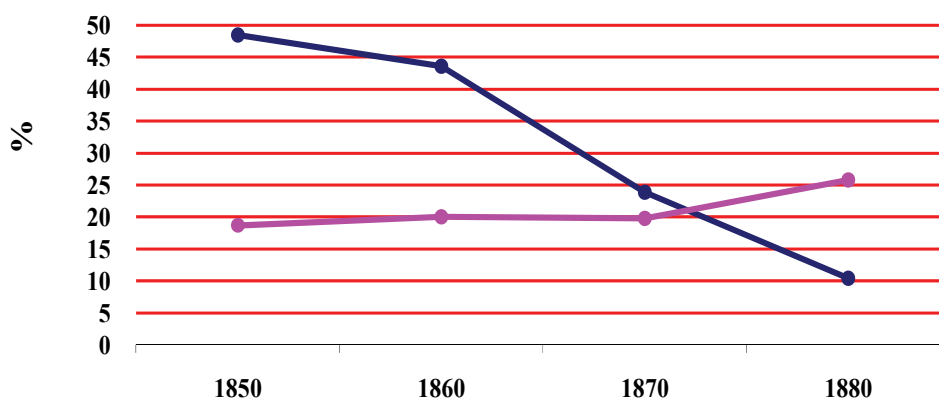
Nazzari ao pesquisar inventários *post-mortem* da sociedade paulistana do período de 1600 a 1900 chegou à conclusão que a prática do dote entrou em um franco declínio no século XIX. Muito provavelmente, em todas as regiões brasileiras a concessão do dote declina-se e desaparece. Embora não fosse mais tão freqüente na região sul de Goiás após 1850, a descrição da concessão de dotes desaparece dos inventários após 1880. Conforme Gráfico 3 os ativos em dotes representavam 1,8% da riqueza familiar na década de 1870, após esse período, se a prática continuou a existir, mesmo que de forma esporádica, esta deixou de ser mencionada nos inventários *post-mortem*. Da mesma forma, as dívidas d’alma, - que são despesas com o custo do funeral do inventariado, que incluem além das despesas com o velório e enterro, incluem também despesa com missa de corpo presente e encomendação da alma e banda de música durante a procissão fúnebre - deixam de ser mencionados pelos inventariantes.

Na segunda metade do século XIX, foram os bens semoventes que mais tiveram destaque e participação na riqueza familiar, mas entraram em gradativo declive a partir da década de 1860. Dentre os bens semoventes, os escravos eram o componente muito significativo mesmo havendo senhores no sul de Goiás com grandes plantéis de cativos. A participação dos cativos não estava relacionada diretamente ao número presente no *monte-mór*, mas, aos preços que tiveram o valor nominal sobrevalorizado, sobretudo, na década de 1850. Com o fim do tráfico internacional de escravos estes passaram a ser um bem muito valorizado em virtude do crescimento da demanda de mão-de-obra escrava nas regiões

cafeeiras. Portanto, devido à redução da oferta, os valores dos preços dos escravos elevaram-se por todo o Brasil, inclusive no sul de Goiás. Com a crise da escravidão, deflagrada a partir da década de 1870, os preços dos escravos começaram a declinar gradativamente, sobretudo, a partir da publicação da Lei do Ventre Livre em 1871 e, mais tarde, com a promulgação da Lei dos Sexagenários de 1885, a escravidão deixa de ser um negócio lucrativo tanto como regime de trabalho, bem como, em investimento especulativo.⁴

Por ser tratar de uma região tipicamente agrária, os principais bens que constituíam a riqueza familiar no sul de Goiás eram: os bens semoventes que incluem animais e escravos; os bens móveis abrangem todos os utensílios de uso doméstico, ferramentas de trabalho como enxadas, foices, machados, carros de bois, alambiques, armas, dinheiro e mercadorias de estabelecimentos comerciais; os bens imóveis que foram classificados em terras, benfeitorias do terreiro, casas e terrenos na vila e áreas de plantações e invernadas; e por fim, as dívidas distribuídas nas seguintes modalidades: ativas, passivas, d'alma e dotes, conforme se observa no Gráfico 4:

GRÁFICO 4 - Participação dos escravos e dos bens imóveis na riqueza familiar do sul de Goiás, 1850-1890



Fonte: Escritania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - inventários *post-mortem* de 1843-1888.

⁴ Os preços dos escravos na região sul de Goiás tiveram o período de maior pico na valorização nominal dos seus preços durante a década de 1850, quando um escravo em uma faixa etária de 12 e 25 anos chegaram a ser avaliados em 1.900\$000 (um conto e novecentos mil réis). Os preços de escravos em uma faixa de idade de 12 e 35 anos se estabilizaram nas décadas de 1860 e 1870 entre 1.450\$000 a 1.550\$000 contos de réis. Na década de 1880 um escravo com faixa etária entre 12 e 35 anos era avaliado em 700\$000 (setecentos mil réis). (OLIVEIRA, 2006, p. 170)

Desta forma, conforme informações do Gráfico 4, á medida que foi se acentuando a crise do regime de trabalho assentado no trabalho escravo, a participação deste, na riqueza familiar entrou em declínio, enquanto que, os bens imóveis teve uma participação crescente a partir do momento que se instaura a crise do regime escravista no Brasil na década de 1870. Enquanto que na década de 1850 a escravo representava 48,5% da riqueza familiar inventariada, na década de 1880 sua participação era de pouco mais de 10%. Enquanto que os bens imóveis saltaram de 18,7% para 25,8% respectivamente.

Enquanto que o escravo gradativamente deixa de ser um investimento lucrativo e especulativo, a terra, ao contrário torna-se um bem que passou a atrair grande soma de investimentos, tanto através da compra, mas também, em investimentos na construção de benfeitorias com destaque para a construção de currais, divisão e cercamentos das propriedades com cerca de arame. Os bens imóveis – que compreende terras, benfeitorias, terrenos e casas urbanas e áreas plantadas e de invernada - conforme observa-se no Gráfico 4 sempre teve uma participação ascendente na riqueza familiar. Na década de 1850, os bens imóveis tinham uma participação de apenas 18,7%, ao passo que, na 1920, era responsável por 59,5% da riqueza inventariada.

Além dos investimentos em melhorias de infra-estrutura das propriedades, a valorização da terra em Goiás está associada também a dois fatores determinantes: em primeiro lugar, pela crise do regime escravista de trabalho; em segundo lugar, pela melhoria dos meios de comunicação e transportes a partir de 1870, primeiramente com a estrada de Goiás-São Paulo e, posteriormente, com a interiorização dos trilhos da estrada de ferro que chegou à década de 1890, no Triângulo Mineiro e, em 1912, na cidade de Catalão-GO; em terceiro lugar, o crescimento demográfico da região sul de Goiás, impulsionada pela migração de mineiros, que deste período, eram originários do Triângulo Mineiro que empurrados pelo esgotamento das terras disponíveis na região em decorrência da expansão da marcha do café, foram forçados a migrar no sentido oeste em busca de novas terras adquiridas através da posse ou compra a preços mais modestos que em suas cidades de origem.

Segundo Maria de Sousa França, entre os anos de 1870 e 1890,

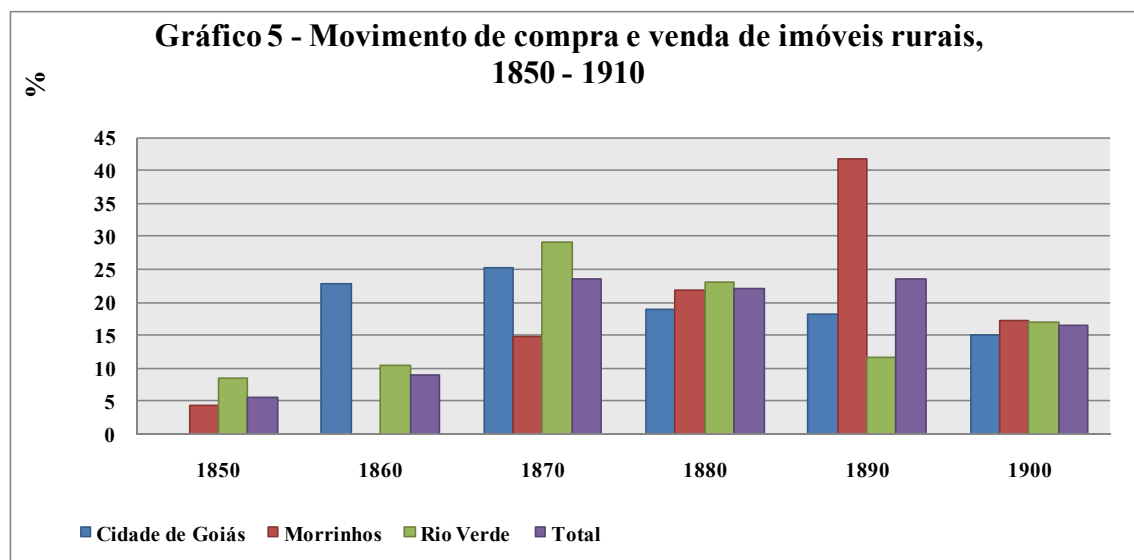
os municípios que tiveram maior incremento nos seus efetivos populacionais foram: Morrinhos (207,3%), Piracanjuba (201,6%), Curralinho (65,1%), Rio Verde (72,4%) Entre-Rios (66,2%), Jataí (62,5%) e Jaraguá (53,3%). Todas as demais circunscrição municipais da região apresentaram crescimento inferior a 50%. (FRANÇA, 1975, p.89)

Entre os anos de 1870 e 1910, a cidade de Morrinhos encontrava-se em uma posição privilegiada,

pois beneficiava-se de duas estradas que ligava Goiás à região Sudeste. A estrada do sul, de Anicuns, seguia pela Vila do Alemão (atual Itaberaí) e daí a Vila Bela. Uma interligação entre a estrada do sul e a estrada de sudeste, partia de Bonfim e chegava também a esta Vila. Esta posição privilegiada fez de Morrinhos um centro comercial importante, ligando todo o sul de Goiás ao Triângulo Mineiro e daí à capital do Império. (LUZ, 1982, p. 76)

Além de centro econômico e comercial a cidade de Morrinhos consolidou-se como importante centro político, do qual teve destaque a figura do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, detentor de uma vultosa fortuna, provavelmente, a maior do Estado, gozava também de prestígio político que transcendiam o poder local e as fronteiras do Estado de Goiás. Em torno do coronel constituiu-se uma nova força política que se opôs à oligarquia dos Bulhões e chegou a tomar o poder em 1904, no que ficou conhecido como “revolução” xavierista.⁵

As pesquisas desenvolvidas por Maria Amélia de Alencar Luz, que analisou a estrutura fundiária nas Comarcas de Goiás (centro), Morrinhos (sul) e Rio Verde (sudoeste), mostraram que, na segunda metade do século XIX e primeira década do século XX, ocorreu um crescimento nas transações de compra e venda de terras, nestas três regiões, sobretudo, nas décadas de 1870 na região central e sudoeste e, na década de 1890, no sul de Goiás. (LUZ, 1982)



Fonte: Dados extraídos de LUZ, Maria Amélia de Alencar. **Estrutura Fundiária em Goiás: Consolidação e Mudanças, 1850 – 1910**. Dissertação apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 1982. p. 93 (**organização dos dados no gráfico de autoria do autor deste artigo**)

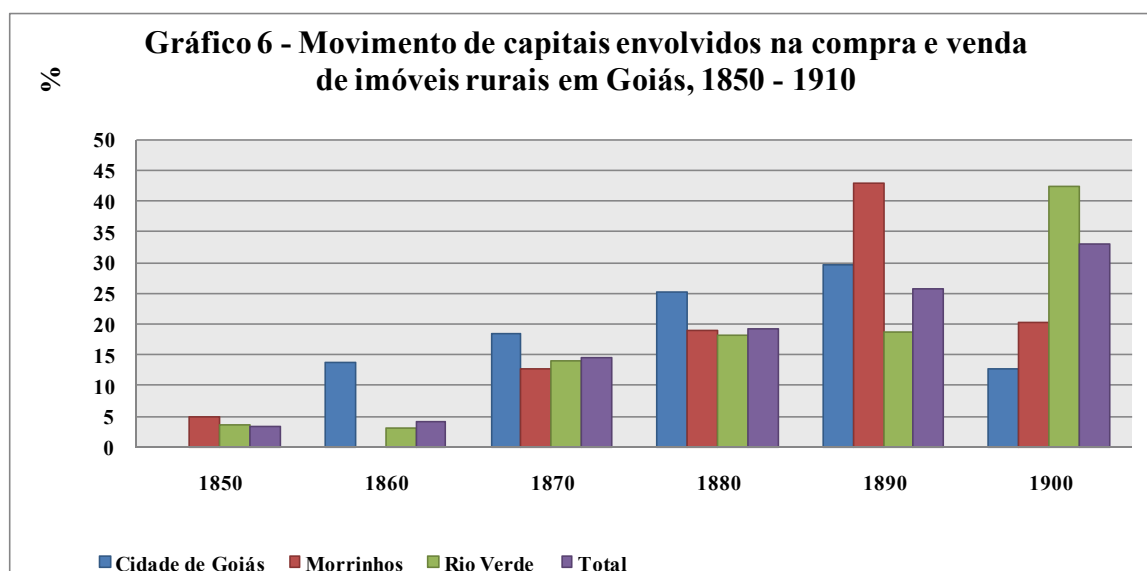
⁵ Expressão que está vinculada à pessoa de José Xavier de Almeida, advogada e fazendeiro que foi secretário do Interior e da Justiça nas gestões de Leopoldo Rodrigues Jardim (1895-1898) e Urbano Coelho Gouveia (1898-1901). Foi presidente do Estado de Goiás (1901-1904); Deputado Federal (1900-1902 e 1906-1908). Em 1901, casou-se com Amélia Augusta, filha do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, em 1904, rompeu de forma definitiva com a oligarquia dos Bulhões. Ver CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. 2.^a Ed. Goiânia: Vieira, 2003. p. 85

De uma maneira geral o que se pode concluir é que na segunda metade do século XIX ocorreu o crescimento no volume de transações relacionadas à compra e venda de imóveis rurais em Goiás e, por conseguinte, também o crescimento do volume de capitais investidos nestas transações. O volume total de capitais investidos na compra e venda de imóveis rurais teve ao longo de 1850 a 1910 um movimento sempre ascendente, conforme se apresenta no Gráfico 6 abaixo, saltando de 3,3% na década de 1850 para 33% na década de 1910. Coincidentemente, conforme já foi dito anteriormente, a terra passou a ter uma participação preponderante na constituição da riqueza familiar, conforme se nota no Gráfico 3. Também devem ter ocorrido significativas somas de investimento em infra-estrutura nas propriedades rurais, que associado à interiorização da estrada de ferro via São Paulo, podem ter contribuído para uma maior valorização da terra, que se tornou um negócio muito lucrativo diante das expectativas de crescimento da economia do Estado de Goiás, sobretudo, nos primeiros anos da República.

Conforme dados apresentados no Gráfico 5, o movimento nas transações de compra e venda de terras na região das comarcas da cidade de Goiás (centro) e Rio Verde (sudoeste) entre as décadas 1850 e 1870, sendo o volume de transações mais significativo na região sudoeste da então Província de Goiás, justamente nos momentos após a Guerra do Paraguai. Muito provavelmente nos momentos da guerra e posterior ao conflito bélico platino a região sudoeste deve ter recebido um grande influxo de migrantes, principalmente, na década de 1870 quando ocorreu o maior volume de transações. A Guerra do Paraguai (1865-1870) pode ter estimulado o crescimento econômico da região que acabou se destacando na criação de gado. Atividade que pode ter sido incentivada com a guerra platina, uma vez que, Goiás ficou incumbido do abastecimento de gêneros alimentícios das tropas brasileiras acampadas na Província de Mato Grosso. Nas décadas seguintes percebe-se um decréscimo no volume de transações de compra e venda de terras tanto em Goiás como em Rio Verde.

A comarca de Morrinhos, localizada na região sul de Goiás, manteve o seu volume de transações sempre ascendente até a década de 1900, isto se explica pelo fato de que neste período, porque foi a recebeu o maior fluxo migratório. Os municípios de Morrinhos e Piracanjuba, segundo Maria de Sousa França tiveram as maiores taxa de incremento populacional, fato associado à “estrada do Sul penetrar em Goiás através dos seus territórios municipais leva a concluir que, por aquela via, se dava nos anos que se estenderam de 1872 a 1890, a entrada das correntes migratórias mais volumosas.”(FRANÇA, 1975, p.93)

Por conseguinte, justamente neste período, o município de Morrinhos obteve altas taxas de crescimento no volume de transações de compra e venda de terras saltando de 0% na década de 1860 a 41,9% na década de 1890. Na década de 1910, os volumes de transações nas três regiões ficam em torno de 16,5% em média, com uma leve taxa de crescimento na região de Rio Verde, que concentrou no período o maior volume de investimentos. Nas três regiões estudadas: Morrinhos (região sul), Rio Verde (região sudoeste) e Goiás (centro), Maria Amélia Alencar Luz, percebeu que, tanto o volume de transações fundiárias, como a quantidade de dinheiro envolvido no seu comércio teve uma participação crescente entre os anos de 1850 a 1910, sobretudo, na década de 1890 quando ocorreu o maior volume de negócios com terras em Goiás. (LUZ, 1982)



Fonte: Dados extraídos de LUZ, Maria Amélia de Alencar. **Estrutura Fundiária em Goiás: Consolidação e Mudanças, 1850 – 1910**. Dissertação apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 1982. p. 93 (**organização dos dados no gráfico de autoria do autor deste artigo**)

Conforme o movimento de capitais envolvidos nas transações de compra e venda de terras foi sempre ascendente de 1860 a 1900. Portanto, neste período com a melhoria dos meios de comunicação e transporte, a terra tornou-se um investimento de cunho especulativo. Em decorrência da crise da escravidão, o escravo deixou de ser um negócio atrativo aos investidores, a terra ao contrário, com a iminente inserção do sul de Goiás à região sudeste via estrada de ferro, tornou-se uma mercadoria que recebeu um volume significativo de investimentos visando um lucro especulativo com a notável possibilidade de valorização das propriedades rurais que acompanhavam o ritmo da penetração dos trilhos da estrada de ferro nos sertões do Brasil.

Desta forma, percebe-se que ocorreu um crescimento do volume de capitais investidos na compra e venda de terra em Goiás, que chegou à década de 1900, a um volume médio de 33%. Todas as três regiões pesquisadas por Maria Amélia Alencar Luz tiveram um crescimento ascendente, entre os anos de 1860 a 1900. Enquanto que na década de 1890, a cidade de Morrinhos localizada no sul de Goiás, recebeu o maior volume de investimentos em terras atingindo o índice de 43% dos investimentos alocados para a região durante o período de análise. No entanto, nos primeiros anos do século XX, foi a vez da região de Rio Verde, localizada no sudoeste do Estado, que recebeu 42,5% dos capitais investidos na compra e venda de propriedades.

Esta concentração de transações e investimentos em Morrinhos na década de 1890 está associada por um lado, por ser uma região preterida pelos migrantes originários do Sudeste, que entre os anos de 1870 a 1900 davam preferência para a região sul de Goiás, por ser esta, à época bem situada geograficamente e por haver a possibilidade de receber os trilhos da estrada de ferro, que a princípio poderia cruzar pela cidade de Morrinhos. Devido a isto, as terras da região devem ter-se valorizado no período, sofrendo uma desvalorização na década de 1910, por um lado pela queda geral dos preços ocorridos nesta década pós-ressaca da crise econômica provocada pelo encilhamento⁶ e pela frustrada possibilidades e expectativas da passagem da estrada de ferro pelo sul de Goiás.⁷ Porém, o entroncamento da estrada de Ferro Mogiana empacou no município de Araguari (1896) durante 16 anos e o projeto do traçado original foi abandonado pela companhia. A continuidade do prolongamento da estrada somente reiniciado em 1909, com a Estrada de Ferro Goyaz, que teve seu traçado deslocamento para o sudeste do Estado de Goiás, passando por Catalão, Ipameri, Pires do Rio e até chegar a Anápolis em 1935.

Esse crescimento no volume das transações e de dinheiro aplicado na compra de terras na década de 1890, também não deixa de estar relacionado ao crescimento do volume de papel moeda que passou a entrar circulação durante o Império e, sobretudo, nos primeiros anos da República com o encilhamento. Em Goiás grande parte destes recursos se

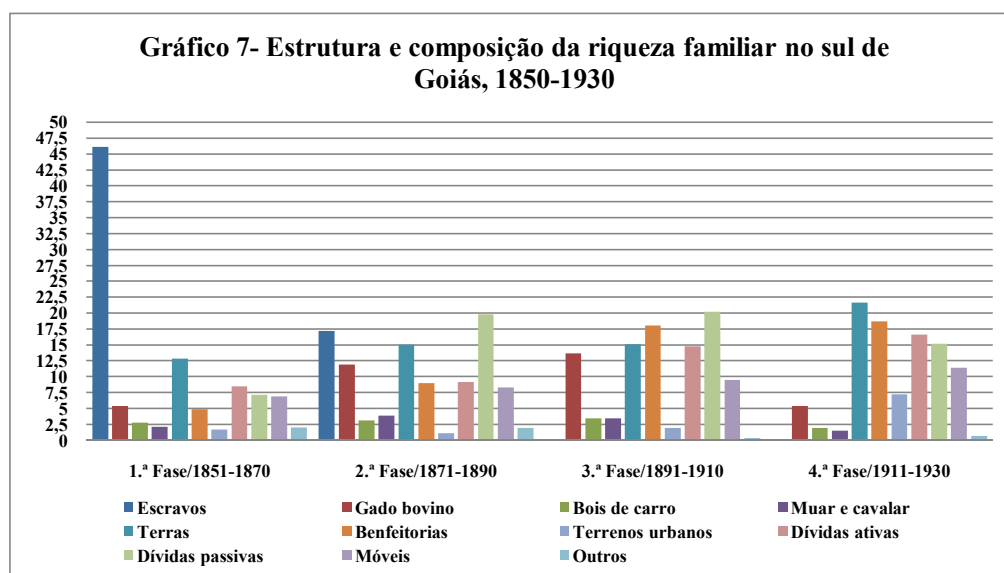
⁶ Ao contrário da década de 1890, nos primeiros dez anos do século XX, presenciou-se uma depreciação nos preços das terras e do gado em cerca de 30%, provavelmente, decorrente das medidas deflacionistas implementadas a partir do governo de Campos Sales (1898-1902). Ver OLIVEIRA, Hamilton Afonso. **A construção da riqueza no sul de Goiás, 1835-1910**. Tese de Doutorado defendida na Universidade Júlio de Mesquita Filho, UNESP: Franca, 2006. Disponível no site www.dominiopublico.gov.br

⁷ Conforme relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Goiás no dia 03 de novembro de 1881, o então presidente da Província Joaquim de Almeida Leite de Moraes, o projeto inicial de prolongamento da estrada de Ferro Mogiana previa o seu prolongamento, partindo de Casa Branca-SP, devendo o traçado passar por Franca-SP, Uberaba-MG, Major Candido, Abadia, Vila Bela de Morrinhos-GO, Cidade de Goiás, Jurupesem, Itacaiu, Passa Vinte, Sangrador e Cuiabá. (p. 105-106) Disponível no site: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/331/000098.html> e <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/331/000099.html> - acessado em 29/09/2009.

concentrava nas mãos de alguns indivíduos, que os aplicavam em empréstimos de dinheiro a juros e recebiam as dívidas em bens, sobretudo terras. Diante das expectativas favoráveis de sua valorização a médio e longo prazo aplicava parte dos recursos neste imóvel, o que provavelmente deve ter contribuído para a valorização das terras na década de 1890.

Para melhor compreensão da influência das transformações nos meios de comunicação e transportes e suas conseqüências para a estrutura e composição da riqueza material no sul de Goiás, optou-se neste Gráfico 7 pela distribuição das informações dos inventários post-mortem em quatro períodos: 1.^a fase - 1851 a 1870 que corresponde ao período que antecede à construção da estrada do sul (Goiás/São Paulo); 2.^a fase – 1871 a 1880 período que abarca a fase da melhoria das vias comunicação com a implementação da estrada de São Paulo/Goiás; 3.^a fase – 1891 a 1910 compreende a fase em que a Estrada de Ferro Mogiana instalou-se no Triângulo Mineiro; e a 4.^a Fase/1911 a 1930, abrange o momento em que a Estrada de Ferro Goiás adentrou o território goiano.

Na primeira fase de 1850 a 1870, apesar de a região caracterizar-se pela presença de senhores de poucos escravos,⁸ estes detinham uma participação muito significativa na riqueza, principalmente neste período, em que ocorreu uma grande alta nos preços dos cativos o que levavam a ter uma participação de 46,2% dos *monte-mores*.



Fonte: Escritania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - Go. - inventários *post-mortem* de 1850-1910.

⁸ Conforme análise dos inventários post-mortem em média havia 4,2 escravos por cada inventariado.

Além do baixo valor de mercado as terras eram desvalorizadas devido aos poucos investimentos em infra-estrutura (benfeitorias), como, por exemplo, a ausência de cercas que dividiam as propriedades, currais e áreas de pastagens formadas. Embora houvesse uma grande concentração fundiária, nestas condições, a terra tinha uma participação pouco expressiva na riqueza familiar de 12,8%. As benfeitorias representavam apenas 4,9%, dos valores totais dos bens inventariados. Aplicações em casas terrenos urbanos eram responsáveis por apenas 6,9% da riqueza.

A segunda fase de 1871 a 1890 caracterizou-se pela melhoria das vias de comunicação e transporte da região sul de Goiás com o sudeste do país, que teve início com a construção e inauguração da estrada do sul, (Goiás/São Paulo).

Com a melhoria das vias de comunicação a partir da década de 1870, percebe-se teve início a uma relativa diversificação e distribuição da participação dos principais bens constituintes da riqueza, conforme, pode se observar no Gráfico 2. Os escravos, à medida que foi aproximando o final do regime escravista no Brasil, teve sua participação reduzida nos *montes-mores* e passaram a representar apenas 17,2% do conjunto da riqueza. O gado teve sua participação incrementada e passou a representar 11,9% das fortunas. Terras e benfeitorias tiveram um crescimento expressivo de 15% e 9% respectivamente. A melhoria das vias de comunicação que pode ter contribuído para o crescimento dos investimentos em infra-estrutura nas propriedades e, como consequência, a uma maior valorização das propriedades rurais. O que por sua vez pode ter contribuído para o crescimento das dívidas passivas que saltou de 7,1% na primeira fase, para 19,8% entre os anos de 1871 a 1890. Os bens móveis também tiveram sua participação acrescida de 6,9% para 8,3% respectivamente nos períodos.

A partir da terceira fase de 1891 a 1910 foi marcada pela aproximação da Estrada de Ferro Mogiana, que se estabeleceu nos arrabaldes da fronteira de Goiás em Uberaba, Araguari e São Pedro de Uberabinha (atual Uberlândia). Os impactos foram perceptíveis na estrutura e composição da riqueza familiar. Em primeiro lugar, a participação do gado na riqueza foi ascendente nos três momentos: na primeira fase - 1851-1870 5,4%; terceira fase – 1871-1890 a participação na riqueza bateu a 11,9%; na terceira fase – 1891 a 1910 o rebanho bovino atingiu o índice de 13,7%; na quarta fase – 1911 a 1930 – a participação do gado bovino na riqueza reduz a 5,4%. Essa redução da participação do gado bovino pode estar conexas a dois fatores: 1) a crise da pecuária na região sul de Goiás, em detrimento das possibilidades de desenvolvimento da agricultura com a chegada dos trilhos da estrada de Ferro Goiás no sudeste do Estado; 2) por ser na Primeira República uma mercadoria mais valorizada, os herdeiros poderiam ter realizado a partilha do gado informalmente entre si, e omitido essa

informação das autoridades judiciárias com o objetivo de pagar menos impostos de taxas de herança e legados e demais despesas judiciárias.

Com a melhoria das vias de comunicação e transportes proporcionados pela estrada de ferro, os bens imóveis representados pela terra, benfeitorias e casas e terrenos urbanos passaram a ter uma participação preponderante e sempre crescente na riqueza familiar no decorrer do recorte temporal de 80 anos que compreende a pesquisa. A participação das terras nos *montes-mores* cresceu de 15,1%, na 3.^a fase de 1891 a 1910, para 21,6% na quarta fase – 1911 a 1930; respectivamente, as benfeitorias 18% para 18,7%; as propriedades urbanas de 1,9% para 7,2%. No conjunto da riqueza os bens imóveis somados na década de 1920 correspondiam a mais de 60% da riqueza material inventariada.

Os ativos e passivos de crédito também tiveram uma participação crescente no monte-mor dos inventariados, sobretudo, entre os anos de 1870 a 1930, período que deve ter ocorrido os maiores índices de crescimento econômico da região sul de Goiás. Respectivamente nos três períodos que compreende a análise, conforme se apresenta, no Gráfico 2, a participação na riqueza das dívidas ativas cresceu 9,1%, 14,8% e 16,6%. As dívidas passivas representavam concomitantemente 19,8%, 20,2% e 15,2%. O crescimento dos ativos e passivos de crédito pode estar relacionado com a crescente dinamização da economia do sul de Goiás à medida que a região se integrava cada vez como mais vigor a uma economia de mercado.

Se por um lado, a presença da estrada de ferro possibilitou uma maior produção de riquezas, por outro, trouxe novas possibilidades de consumos até então inexistentes nos sertões do Brasil. Os proprietários tiveram a necessidade investir em infra-estrutura em suas propriedades para que pudessem aproveitar das novas oportunidades criadas com a maior inserção do Estado na economia nacional. Por conseguinte, quem não se adaptou as essas mudanças acabaram se endividando e perdendo suas propriedades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a interiorização da estrada de ferro, a sociedade goiana passou a ter a possibilidade de consumir um volume maior de mercadorias, oriundas da região sudeste e até de outros países, que se tornaram mais acessíveis às populações interioranas, o que provavelmente deve ter estimulado o desenvolvimento de novos hábitos de consumo como, por exemplo, o de tecidos produzidos na Europa, sapatos, arame, máquinas de costura, relógios de parede, moinho de moer café, lampiões a gás, lamparinas de querosene que passaram a ser comercializados com relativa frequência nos estabelecimentos e que,

gradativamente, passaram a fazer parte do mobiliário e da vida cotidiana, especialmente, das famílias de médias e grandes fortunas na região sul de Goiás. Estes artigos começaram, desde então, a compor os bens móveis de algumas famílias o que contribuíram para o crescimento de sua participação na riqueza familiar, passando de 6% na década de 1850, para mais 11,4% na década de 1920.

O crescimento da participação na riqueza das propriedades urbanas e dos bens móveis ao longo do período estudado pressupõe que a região sul de Goiás teve um relativo processo de urbanização, crescimento do mercado consumidor interno. Objetivos que deverão ser alcançados com a continuidade da pesquisa serão o de mostrar até que ponto, a chegada dos trilhos da estrada de ferro influenciaram no desenvolvimento de cultura de consumo no sul de Goiás entre os anos de 1850 a 1930.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Beatriz Sidou. Bauru-SP: EDUSC, 2004.

BOCHI, João Ildebrando. **Século XIX: renascimento agrícola, economia cafeeira e industrialização**. In. REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2003.

BORGES, Barsanufio Gomides. **Despertar dos Dormentes**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1990. 127 p.

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. 2.^a ed. Goiânia: Ed. Vieira, 2003.

DAUMARD, A, BALHANA, A.P., WESPHALEN, C.M. e GRAF, M.E.C. **História Social do Brasil – Teoria e Metodologia**. Curitiba: Ed. Universidade Federal do Paraná, 1984.

FRANÇA, Maria de Sousa. **Povoamento do Sul de Goiás: 1872-1900 – estudo da dinâmica da ocupação espacial**. Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás em convênio com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Goiânia: UFG, 1975.

GOMES, Horieste; NETO, Antônio Teixeira. **Geografia: Goiás/Tocantins**. Goiânia : CEGRAF/UFG:, 1993.

LUZ, Maria Amélia de Alencar. **Estrutura Fundiária em Goiás: Consolidação e Mudanças, 1850 – 1910**. Dissertação apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 1982.

LUZ, Maria Amélia de Alencar. **Estrutura Fundiária em Goiás: consolidação e mudanças – 1850-1910**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 1982.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. **A construção da riqueza no sul de Goiás, 1835-1910**. Tese de Doutorado apresentada na Universidade Júlio de Mesquita Filho. Franca-SP: UNESP, 2006. Disponível no site www.dominipublico.gov.br

_____. **A Marcha das Migrações: a ocupação e colonização da região sul de Goiás, 1800-1850**. In. História Revista: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Goiás. – Goiânia: Programa de Pós-Graduação em História, v. 13, n. 1, jan./jun. 2008

PETRONE, Pasquale. **Povoamento e colonização**. In. AZEVEDO, Aroldo de.(Org.) **Brasil: a terra e o homem**. Vol.II – A vida humana. Cia. Editora Nacional: São Paulo, 1970

PALACIM, Luís. **Os três povoamentos de Goiás**. Revista do Instituto Histórico Geográfico de Goiás. Ano 07 N.º08: Goiânia, 1979.

Relatório final do zoneamento ecológico e econômico da região de Meia Ponte. Estudos básicos. Vol I. Estado de Goiás Secretaria do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Habitação. Superintendência de Gestão e Proteção Ambiental. Metais De Goiás S/A – Goiânia:Metago, 1999.